

# COMITÊ DA BACIA DO ALTO IVAÍ

Criado e instalado de acordo com a Lei Estadual (PR) nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, e Decreto Estadual nº 9.130, de 27 de dezembro de 2010, e instituído pelo Decreto Estadual nº 8859, de 04 de setembro de 2013.

## 1 **ATA DA 1ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO** 2 **COMITÊ DE BACIA DO ALTO IVAÍ**

3 Ao sexto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, às nove horas, por meio de  
4 webconferência utilizando a plataforma *Zoom* e formalizada por meio de gravação, a  
5 Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão – CTINS, do Comitê de Bacia do Alto Ivaí  
6 realizou sua Primeira Reunião para discutir a seguinte pauta: **1. Abertura; 2. Critérios de**  
7 **outorga para as bacias dos Rios Barra Nova e Biguaçu; 3. Termo de Referência do Plano de**  
8 **Bacia; 4. Assuntos Gerais; 5. Encerramento.** Estavam presentes MAURICIO CAMARGO  
9 FILHO, da UNICENTRO; VICTOR GREGÓRIO RODRIGUES NADAL, NEURI JOSÉ DAL MOLIN,  
10 TIAGO MARTINS BACOVIS, DANIELLE TEIXEIRA TORTATO e JOSÉ LUIZ SCROCCARO do  
11 IAT; LUIZ CARLOS JACOVASSI e NICOLÁS LOPARDO, da SANEPAR; IVO AUGUSTO DE  
12 ABREU PUGNALONI, da ENERBIOS; ALDELI PRATES FERREIRA, da Prefeitura de  
13 Prudentópolis; MARISTELA DENISE MORESCO MEZZOMO, da UTFPR Campo Mourão. O Sr.  
14 TIAGO reapresentou a situação do cenário da área crítica do Ribeirão Biguaçu para os membros  
15 da CTINS. O Sr. NICOLÁS informou que a Portaria SUDERSHA nº 19/2007 que prevê que nas  
16 situações em que não houver enquadramento pode ocorrer uma análise diferenciada para emissão  
17 de outorga considerando um enquadramento diferenciado de acordo com características  
18 específicas e que as Portarias emitidas para a PARANATEX e para a SANEPAR consideravam o  
19 trecho do rio em questão como classe IV. O Sr. NEURI informou sua preocupação com o  
20 engajamento dos outros interessados em melhorar as condições na área crítica. O Sr. NICOLÁS  
21 apresentou uma planilha elaborada por ele para simular possíveis cenários para critérios de  
22 outorga e seu resultado prático, sugeriu enviar para todos os membros de forma que cada um se  
23 familiarize com a planilha. O Sr. Maurício disse que alterando a classe do rio é uma solução que  
24 a longo prazo não se sustenta e que ao longo prazo a construção de um emissário seria algo a  
25 ser analisado. A Sra. MARISTELA questionou se havia algum plano municipal de recuperação e  
26 conservação de nascentes e se a SANEPAR tinha planejamento de ampliar a captação para outro  
27 local na bacia. O Sr. TIAGO informou que Apucarana está em uma área com baixa disponibilidade  
28 hídrica e que existem muitos usos irregulares no Ribeirão Iguaçu e que neste momento a  
29 reavaliação dos critérios de outorga e da classe são necessários. O Sr. Maurício reforçou que  
30 concorda com o Tiago sobre a necessidade dessa revisão mas que funcionaria apenas a curto  
31 prazo e no longo prazo de qualquer forma necessitaria ser revisado novamente devido à tendência  
32 de urbanização da área degradar cada vez mais esse trecho. A Sra. Maristela sugeriu ampliar a  
33 análise para trechos a jusante para além da área crítica e sugeriu que a CTINS elaborasse outras  
34 propostas para controlar e avaliar a qualidade do rio, envolvendo todos os entes que usufruem do  
35 recurso hídrico. O Sr. Tiago informou que precisava se ausentar para participar de outra reunião,  
36 mas que iria aguardar os encaminhamentos para a próxima reunião. O Sr. Nicolás fez um  
37 complemento à observação da Sra. Maristela que também seria interessante analisar os afluentes,  
38 inclusive para evitar retrabalho. O Sr. Luiz Carlos também citou os aterros industriais, lavanderias,  
39 curtumes que deveriam ser trazidos à análise. O Sr. Neuri lembrou que o governo do Estado,  
40 através do IDR possui programa de recuperação de minas de água e sugeriu que o Sr. Luiz Carlos  
41 marcasse uma reunião com o IDR para discutir esse trabalho e que o IAT poderia fornecer mudas.  
42 A Sra. Aldeli lembrou sobre o Pagamento por Serviços Ambientais no qual é feito um pagamento  
43 aos produtores que possuem nascentes em suas propriedades para recuperar e manter a

44 qualidade das nascentes, mas que somente isso não é suficiente. Outra alternativa é revisitar o  
45 plano diretor do município para verificar formas de diminuir o consumo da água nesse local. O Sr.  
46 Neuri informou que a lei de Pagamentos por Serviços Ambientais ainda não havia sido  
47 regulamentada. O Sr. Neuri informou que existem algumas iniciativas municipais para  
48 regulamentar e implementar o pagamento por serviços ambientais. A Sra. Daniele pediu a palavra  
49 para comentar sobre os Pagamentos por Serviços Ambientais, que existe a Lei Estadual é de 2012  
50 e o Decreto que a regulamenta é de 2015 e que no ano de 2021 foi publicada a política nacional  
51 de Pagamentos por Serviços Ambientais e que existem três projetos piloto no estado do Paraná e  
52 que a dificuldade de implantar o Pagamento por Serviços Ambientais é conseguir fontes de  
53 financiamento para implantar, também comentou que o objetivo é ampliar esse programa para  
54 todo o estado do Paraná, informou que existe uma Divisão de Proteção de Mananciais que está  
55 desenvolvendo projetos de conservação de nascentes mas que ainda não conseguiu recurso  
56 financeiro para implementação. A Sra. Aldeli complementou que o IAT lançou uma cartilha para a  
57 implementação do Pagamento por Serviços Ambientais nos municípios. A Sra. Maristela propôs  
58 um encaminhamento para que fosse convidada a Prefeitura de Apucarana para a próxima reunião  
59 e que fizesse o levantamento de nascentes degradadas, verificar os lançamentos nos afluentes e  
60 nos pontos a jusante da área crítica e pensar um planejamento a curto, médio e longo prazo.  
61 Passou-se a palavra para o Diretor de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos do IAT, Sr.  
62 José Luiz Scroccaro, participar da reunião para sanar dúvidas sobre a elaboração do Plano de  
63 Bacia. Feitas as considerações, partiu-se para o próximo item da pauta. No item assuntos gerais  
64 foi informado pelo Sr. Victor que as datas das reuniões que haviam sido escolhidas pela CTINS  
65 para realizar suas reuniões mensais já havia sido escolhido pela CTINS de outro Comitê e para  
66 evitar a realização de reuniões simultâneas pela equipe da Secretaria Executiva, sugeriu-se mudar  
67 para o período da tarde de toda primeira segunda feira de cada mês ou alterar o dia. Decidiu-se  
68 por manter a primeira segunda-feira de cada mês as 14 horas. Finalizada a pauta, deu-se por  
69 encerrada a reunião.

70

71 Link de acesso para gravação da reunião: <https://youtu.be/ycdErvSNeEI>

72

73

74

---

**Maurício Camargo Filho**

75

Coordenador da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão do Comitê de Bacia do

76

Alto Ivaí